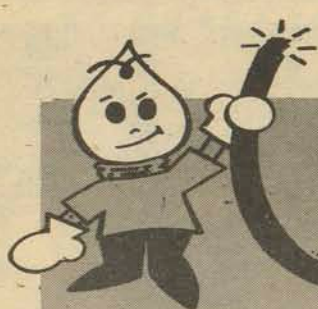




Intersindical dos Eletricitários de SC

nº 135

25/04/91

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam



Sim ou não para Collor? A resposta sairá das urnas

Os brasileiros vão dizer "sim" ou "não" à política econômica do governo Collor e à ideia da Central Única dos Trabalhadores de realizar uma greve geral contra a recessão e o desemprego. O plebiscito organizado pela CUT e pelo Fórum Nacional contra Fome e a Recessão, faz parte da "Jornada de Abril", que prepara a realização de uma greve geral na primeira quinzena de maio.

Em Florianópolis, as urnas serão colocadas na esquina da Felipe Schmidt com a Deodoro, no Terminal Cidade de Florianópolis, no Terminal da Francisco Tolentino, na frente da Catedral, na Rodoviária e na Universidade Federal de Santa Catarina. A CUT/SC pretende juntar as opiniões de 30 mil pessoas na Ca-

pital.

O plebiscito tem três perguntas: "Depois de um ano de governo Collor, seu salário e sua vida melhoraram ou pioraram?", "Você acha que a situação brasileira melhorou ou piorou?", e "Você é a favor de uma greve geral contra a política do governo Collor?".

O resultado do plebiscito deve influenciar nas decisões da Direção Nacional da CUT, que se reúne nos dias 27 e 28, em São Paulo. A reunião vai discutir o processo de mobilização dos trabalhadores até a greve geral e um indicativo de data para que ela se realize, com base nas sugestões e informes das plenárias estaduais, que acontecerão dia 26, em todo o país.

Criciúma, 1º de maio:

Arrancada para a greve geral

Um plebiscito para julgar a política econômica de Collor e o ato unificado de primeiro de maio são as próximas programações que preparam a greve geral.

O plebiscito nacional que vai julgar o governo Collor e a possibilidade de realizar uma greve geral contra a política econômica será "a forma do trabalhador perceber que não é só ele que está contra o governo, de que são milhões dispostos a lutar contra a política econômica", segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores em Santa Catarina, Ineir Mittmann.

Para Mittmann, "a principal dificuldade e o principal desafio no sentido de preparar a greve geral é fazer com que os trabalhadores tenham confiança de fato a greve geral vai sair". A certeza de que o movimento pode ser forte e representativo apresenta uma alternativa às greves por categoria. "Os trabalhadores percebem que as greves

isoladas não têm conquistado vitórias".

A greve geral, para Mittmann, é a forma de cada trabalhador superar "a impotência que sente com tudo o que está acontecendo desde a tormenta de 15 de março de 1990. As pessoas não se sentem seguras". A segurança, para a CUT, está na unidade das diversas categorias em uma greve geral.

"A difusão dessa ideia pode atingir até os trabalhadores não organizados, cujos sindicatos não discutem a greve geral, que se convencem de que essa é a saída de classe", diz o presidente da Central no estado. Além do plebiscito, a CUT/SC prepara outro passo importante para a realização da greve geral: o ato público unificado de 1º de maio, em Criciúma.

O Dia do trabalhador em SC

Em Criciúma, acontece às 16 horas do dia 1º, o ato público unificado no Terminal Urbano.

O Sindicato dos Eletricitários de Blumenau organizou a Semana do Trabalhador. Dias 29, 30, 2 e 3 de maio serão realizadas palestras no auditório do Sindicato de Fiação e Tecelagem, sempre às 19 horas, com Luiz Antonio de Medeiros, Sérgio Mendonça (DIEESE), Jair Meneguelli e Wilson Sokolowski (professor de Direito da Universidade Federal de Londrina). No dia 1º, às 9 horas os trabalhadores de Blumenau estarão concentrados no bairro Fortaleza, em frente a Igreja São Francisco de Assis.

O Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado está organizando, conjuntamente com a União Sindical de Joinville, sindicatos, entidades populares, pastoral operária e Igrejas, as manifestações do dia 1º, na Praça da Bandeira, a partir das 9 horas.

O Sinergia irá colocar no dia 1º de maio, dois ônibus à disposição dos eletricitários que desejarem participar do ato unificado. Até o dia 26 os interessados devem entrar em contato com o Sindicato. Os ônibus sairão dia 1º, às 12 horas do Aterro da Baía Sul, na altura da Passarela Nego Querido, com retorno após o ato unificado.

Retomada negociação na Celesc

Em maio continuará a negociação da reposição salarial na Celesc, conforme o acordo coletivo do ano passado que garante no mês de abril. As perdas, que já chegam a 81% devem ser discutidas pela Intersindical e a diretoria da empresa. Na última reunião entre os sindicatos e a Celesc, as entidades apresentaram os cálculos do ICV/Dieese, e a empresa disse que ainda está estudando propostas.

A Celesc já garantiu que vai pagar o que deve com relação à Medida Provisória 295. Ao invés de pagar, em fevereiro os 49,11%, só 44,43% chegaram no bolso dos trabalhadores. Agora a empresa vai incorporar os 3,32% aos salários e pagar os atrasados de fevereiro e março, que somam 6,43%. Há quem diga na empresa que a diretoria teria proposto um reajuste de 12% para o pessoal do Plano 1 em detrimento dos demais, mas a coisa não foi bem assim. "Queriam confundir direitos, para dividir a categoria. Como é que a Intersindical vai concordar em subtrair um direito garantido de todos em favor de uma parte. Se a empresa quer melhorar a situação do pessoal de mais baixos salários, que o faça, mas sem prejudicar os demais", disse Iztalino Pedron, presidente do Sindicato dos Eletricistas do Vale do Itajaí.

Mas os sindicatos estão mesmo preocupados é com a garantia no emprego. "Há uma reforma administrativa em curso no estado e isso vai atingir a Celesc. Já falam em incentivo à demissão, bem como aconteceu na Eletrosul", ad-

verte Arno Cugnier, diretor do Siner-gia. Arno salienta que quando chegar a data-base isso vai pegar mesmo, e aponta contradições de quem é contra a garantia: "tem gente ligada à administração atual que foi admitida graças a esta cláusula..." lembra.

Os contratados finalmente vão ter seus direitos reconhecidos pela Celesc. Todos os que estão com processo reivindicando vínculo empregatício, movido pelos sindicatos, serão efetivados. Uma reivindicação antiga do movimento sindical que está sendo atingida.

A velha questão do Conselho de Recursos Humanos, no entanto, segue polêmica. A empresa quer que todos os sindicatos da base Celesc tenham representação (secretárias, Concórdia, etc...), e a Intercel já afirmou que só admite a participação dos seus componentes, caso contrário não participará do Conselho.

Mas será na próxima segunda-feira, às 7 horas e meia da manhã que muita coisa vai se decidir. A Intercel terá uma reunião com o presidente Luiz Fernando Verdini para discutir a questão da forma de pagamento do passivo trabalhista, além dos dias parados durante a última greve e a suspensão do pedido de abusividade de greve.

Quanto a data do pagamento dos salários, a Celesc afirma que vai alterar o calendário e pagar apenas no primeiro dia útil do mês subsequente. Se isso acontecer a Intercel vai entrar na Justiça para garantir o cumprimento do calendário atual, que a própria empresa elaborou.

EDITORIAL

As duas faces de uma moeda

As faces de uma moeda podem ser apresentadas uma por vez, mas jamais deixarão de fazer parte de uma mesma placa metálica. Às vezes, a aparência das contradições de quem joga com as circunstâncias e, especialmente com o poder.

Um documento confidencial da Celesc, datado de 9 de junho de 1987, assinado pelo administrador regional de Itajaí, Luiz Brás da Silva é uma peça exemplar da truculência como a Celesc foi administrada na última gestão. O documento "atendendo a uma solicitação" enumera, ou melhor, delata, empregados conforme uma classificação muito peculiar dos regimes autoritários: 1) Grevistas inconvenientes — elementos que atuam de forma radical com o único objetivo de tumultuar e desestabilizar a administração regional e a diretoria. Elementos nocivos à empresa; 2) Grevistas oportunistas — elementos que maquiavelmente agem com objetivos pessoais e/ou políticos, fomentando arditosamente de forma perigosa os reais objetivos da greve; 3) Líderes Sindicais Inconvenientes — elementos que excedem o seu dever atuando de forma radical...; 4) Elementos ociosos — pessoas que

se forem dispensados não farão falta à empresa. Tudo isso além dos que foram admitidos em 86, pessoas a disposição de outros órgãos e chefias que aderiram à última greve anterior ao documento.

O curioso é que na lista, nos itens grevistas oportunistas e elementos ociosos, aparece o nome do atual presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga. O mesmo nome figura em outro documento, do mesmo autor como "elementos que podem trazer problemas a curto prazo..."

Gazaniga, hoje na Eletrosul, capitaneia um processo de sucateamento da empresa, de desmantelamento das equipes técnicas mais qualificadas e privatização dos serviços da estatal. E nem se falou nas "classificações" de "QP", "QR" e "QI" que a Eletrosul criou para seus empregados na gestão Gazaniga.

A revelação do documento traz a luz a prática de um e de outro. No confronto de realidades a diferença entre uns e outros é estar ou não no poder. Não são eles que mudam, são os governos. E o pior sempre sobra para os empregados, aqueles que no seu dia a dia constroem as empresas.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Rosângela Bica (DRT/SC 1019). Ilustração: Franck Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0452) 22-3596. Telex: 48-2555. Fax: 23-5598. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

PEQUENO AGRICULTOR



Sem safra e esperança, agricultores foram ao extremo

Greve de fome contra indiferença do governo

Sem auxílio de emergência e crédito de custeio, agricultores do oeste não têm como viver. Acampados na Assembleia Legislativa eles fazem greve de fome. "Não temos mais nada a perder", dizem cansados de esperar.

Gastão Cassel
Equipe Linha Viva

Danilo Luiz Lazzari, 41 anos, deixou em Guaraciaba, oeste do estado, sua mulher e três filhos. Em Florianópolis, ele é um dos 23 pequenos agricultores que estão em greve de fome para sensibilizar o governo que não quer liberar auxílio de emergência e crédito especial de custeio para quem perdeu sua safra por causa da estiagem.

"A família não tem nem ideia do que estou fazendo aqui, sabem apenas que eu estou lutando contra esta situação ruim", conta Danilo, proprietário de 14,9 hectares de terra. Ele perdeu mais de 70% de sua safra e tem certeza que não tem a menor chance de manter a família sem a liberação de verba do governo.

A greve de fome começou na tarde de segunda-feira, 22, às 15 horas, quando o secretário rural da CUT/SC, Paulo Lauxem leu a pauta de reivindicações para um pequeno público no saguão da Assembleia Legislativa e declarou iniciado o movimento. Logo, deputados do PT e PMDB manifestaram seu apoio aos grevistas. "A greve de fome é um ato extremo, mas, só assim, o governo vai se sensibilizar", concordaram os parlamentares. Movimento idêntico foi deflagrado em outras cidades do estado.

Junto com a greve de fome, os deputados da oposição começaram a travar uma luta na Casa para permitir a entrada de colchões e material necessário à realização da greve. A União por Santa Catarina custou a concordar, mas, no final da tarde, a mesa da Assembleia decidiu permitir o acesso do material. Até então, tudo estava amontado em frente a porta, e os grevistas repetiam inquietos: "vamos ficar com ou sem os colchões".

Sentada no chão, Maria Sulzbacher, 25 anos, conta que saiu de São Carlos decidida a fazer qualquer coisa para conseguir melhores condições de vida para os agricultores. Ela é a única mulher na greve de fome e acredita que só não há mais mulheres no movimento porque a maioria delas não pode se afastar dos filhos. "Eu sou solteira, filha

de agricultor e luto para que as mulheres se envolvam cada vez mais nas atividades do sindicato", fala firme e calmamente.

Maria se revolta ao ver os agricultores venderem suas terras para pagar dívidas bancárias. "A minha família, depois da seca, está conseguindo produzir um mínimo para comer, com alguns suínos e aves, mas, para muita gente não vai restar outra saída senão ir para a cidade", reclama.

O êxodo rural também assusta Valdir Vedavatto, que deixou o pai, a mãe e 4 irmãos sobre 12 hectares de terra seca em Coronel Freitas. Fazer greve de fome não o intimida nem preocupa seus familiares. "Nossa família tem tradição nos movimentos rurais, e o pessoal sabe que nós não temos o que perder", dispara. Só com a seca, os Vedavatto perderam 80% da safra e não sabem como vão perseguir a sobrevivência, se não vier o auxílio do governo.

Os agricultores que entraram em greve de fome tem certeza de que estão numa espécie de "tudo ou nada". Buscam energia para continuar lutando contra as contradições reveladoras que não cansam de denunciar. Enquanto eles reivindicam um auxílio de 10 salários mínimos por família com menos de 50 hectares e um crédito especial para custeio para as próximas safras, o governo federal joga bilhões em cofres bem menos necessários. A indústria Sadia recebeu 650 milhões de cruzeiros para "investimento na agricultura", e os usineiros de Alagoas receberam 325 bilhões de cruzeiros a título de refinanciamento de dívidas.

Quarta-feira, uma comissão de deputados vai a Brasília entregar ao Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, as reivindicações dos grevistas, que além dos pontos mencionados reclamam o cumprimento da Constituição no que se refere à aposentadoria do trabalhador rural, a desapropriação de 10 mil hectares para assentamento de 500 famílias em SC e liberação do crédito Proterra.

Eleições da CIPA na Celesc. Participe!

Até o dia 30 de abril, terça-feira, estarão abertas as inscrições dos interessados a concorrer a eleição da CIPA.

— Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que acontece dia 29 de maio, na Administração Central da Celesc. Nessa eleição serão escolhidos oito representantes efetivos e oito suplentes que atuarão a partir do dia 24 de junho, até 92. A CIPA objetiva com esses representantes buscar a melhoria das condições de segurança e saúde englobando os ambientes de trabalho, serviços prestados ao trabalhador (Segurança e medicina, serviço social, alimentação, transporte, etc), bem-estar físico, mental e social.

— Assessorando-se com o SESMT — Serviço Segurança e Medicina do Trabalho e demais serviços da empresa ou órgão público (DRT, PST, Suds, Universidades, etc), analisar acidentes ocorridos, buscando suas causas e analisar a ocorrência de doenças profissionais e de trabalho.

— Informar-se dos resultados dos exames médicos, das doenças diagnosticadas pelos serviços de assistência médi-

ca da empresa e dos resultados das avaliações ambientais.

— Acompanhar o "desempenho" e discutir a "qualidade" dos serviços prestados.

— Sugerir e participar da realização de cursos, treinamentos e campanhas que visem melhorar o conhecimento do trabalhador dos riscos do ambiente e condições de trabalho e forma de eliminá-los.

— Acompanhar e avaliar a execução, pela empresa, das solicitações da CIPA

— Divulgar suas atividades junto aos trabalhadores.

ca da empresa e dos resultados das avaliações ambientais.

— Acompanhar o "desempenho" e discutir a "qualidade" dos serviços prestados.

— Sugerir e participar da realização de cursos, treinamentos e campanhas que visem melhorar o conhecimento do trabalhador dos riscos do ambiente e condições de trabalho e forma de eliminá-los.

— Acompanhar e avaliar a execução, pela empresa, das solicitações da CIPA

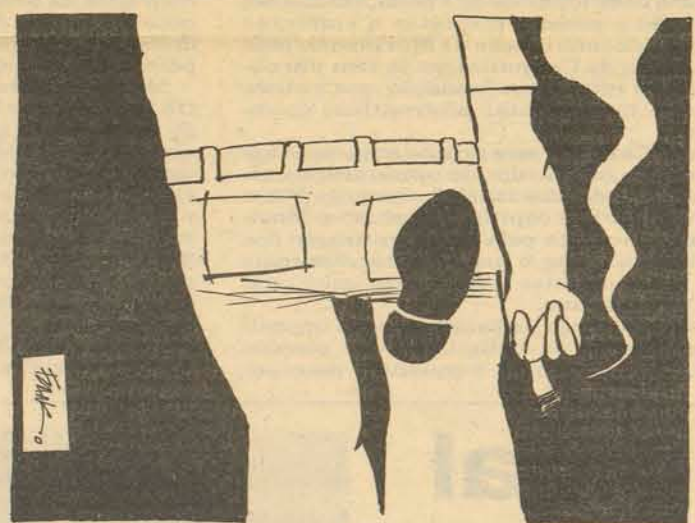
— Divulgar suas atividades junto aos trabalhadores.

SETOR ELETRICO

Câmara ouvirá ministro

No dia 18 de abril, os representantes do Comando Nacional dos Eletricistas estavam, novamente, em Brasília colocando e encaminhando as reivindicações do setor. Mauro Guimarães Passos, representante da Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil, protocolou no Palácio do Planalto correspondência solicitando a exoneração de Amílcar Gazaniga da presidência da Eletrosul. Como membro do CNE, Mauro participou de uma reunião com o procurador do trabalho, Otávio Brito Lopes, e acompanhou a convocatória do ministro da Infra-Estrutura, que deve comparecer no Plenário da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público para prestar esclarecimentos sobre a Reforma Administrativa.

Esta convocação foi resultado de uma solicitação do próprio Comando ao presidente da Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, deputado Amauri Müller. A Comissão, por unanimidade, atendeu o pedido e chamou Eduardo Teixeira para esclarecer o andamento da Reforma Administrativa na sua área de responsabilidade. Os Sindicatos ficaram de subsidiar os deputados sobre o que vem ocorrendo no Setor Elétrico, onde se presencia um



processo de demissões sem nenhum tipo de critério. Outro ponto é a preocupação com a preservação das empresas em particular e do sistema elétrico em geral, que corre sérios riscos de um sucateamento precoce fruto de uma política irresponsável e deliberada do Governo.

Na Procuradoria do Trabalho os representantes do Comando relataram o quadro de intranquilidade que os empregados estão vivendo nas empresas, diante do clima de terror intencionalmente criado a fim de promover a Reforma

Administrativa a qualquer custo, desrespeitando, inclusive, o fato da garantia no emprego ainda não ter sido julgada pelo TST. Otávio Brito Lopes prontificou-se a fazer gestões junto à direção das empresas no sentido de paralisar esse processo. O procurador também se comprometeu a procurar o presidente do Tribunal, ministro Guimarães Falcão, para uma agilização do dissídio. Hoje, o dissídio dos eletricitários encontra-se com o relator, Hilo Gurgel, para ser apreciado.

TRIBUNA Livre

José Álvaro Cardoso
DIEESE Bancários Fpolis

Salário inconstitucional

O salário mínimo (SM) brasileiro atual vale, em abril, algo em torno dos 58 dólares (pelo câmbio paralelo), sendo, como se sabe, um dos menores mínimos do mundo, superior apenas aos dos países mais miseráveis. Contrariando mais uma de suas promessas de campanha — que garantia um SM de 150 dólares até o final do mandato de 1994 — o governo Collor enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para o SM com as seguintes características básicas:

— A partir de setembro de 1991, o mínimo incorporará o abono concedido em abril (Cr\$ 3.000,00) mais a variação dos preços da Cesta Básica (Cr\$ 29.600,00).

— De seis em seis meses (março e setembro) o SM terá um reajuste correspondente à variação acumulada da Cesta Básica.

— Em dezembro e junho de cada ano, até dezembro de 1994, será incorporado ao mínimo um aumento real (acima da inflação do período) de 5%.

— A partir do terceiro mês do semestre será disparado o gatilho, caso a variação percentual acumulada da CB no trimestre passe dos 33%. O gatilho só poderá ser disparado uma vez no semestre. A antecipação decorrente do gatilho será descontada no final do semestre.

Pode até ser cansativo, mas, nunca, é demais lembrar que o SM atual é inconstitucional, já que a Carta Magna do país determina que o mesmo deve atender às necessidades básicas de saúde, educação, habitação, lazer e vestuário de uma família. O Salário Mínimo do Dieese, um parâmetro importante do valor que deveria ter o mínimo para atender tais necessidades, estava em março, na casa dos Cr\$ 105.609,00, ou seja, 5,25 vezes o SM de abril mais o abono de Cr\$ 3.000,00.

Pela proposta do governo, supondo-se que a variação da Cesta Básica de março até agosto seja de 25%, o mínimo chegará em setembro à Cr\$ 27.400,00 (17.000 + 3.000 de abono + 7.400 equivalente à 25% da CB).

Dados do DIEESE indicam que em 1990, graças à política de arrocho praticada, o salário mínimo bateu, a cada mês que passava, sucessivos recordes históricos de perda de poder aquisitivo. Com a proposta apresentada, o governo pretende devolver na base do "conta-gotas" o que tirou abruptamente, num intervalo de poucos meses.

Está ficando cada vez mais difícil enxergar a prometida "modernidade" do governo Collor. Afinal, a proposta de resolver a crise pela prática do arrocho de salários é muito antiga e foi largamente posta em prática por todos os governos militares e, posteriormente, pela chamada "Nova República". Na realidade a "novidade" deste governo foi ter levado às últimas consequências o processo de empobrecimento de, quem vive de salário neste país. O valor do salário mínimo atual é bem inferior, em termos reais, aquele pago no período das ditaduras militares. E com pelo menos dois agravantes: o país está enfrentando a pior recessão de sua história em nome da política de combate à inflação; e o número de desempregados aumenta a cada dia.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Um convite à lucidez

Dinovaldo Gilioli
diretor do Departamento de Cultura

Falar de cultura, num momento de crise como o que vivemos, pode soar para muitos como coisa de lunáticos e outras espécies. Aliás, num país de 3º mundo (rumo ao 4º) onde a maioria da população sequer satisfaz suas necessidades básicas, fica muito fácil passar o discurso de que cultura é objeto supérfluo. Com esse discurso da superficialidade a questão central, que é a democratização da cultura e o seu papel enquanto agente de transformação social, fica propositalmente a margem do processo.

Mas, felizmente, apesar da e por causa da crise, existem pessoas preocupadas e ocupadas com a questão cultural. É por isso que mais de duas mil pessoas estiveram em Nova Prata-RS de 18 a 21/04/91, participando do 2º Congresso Brasileiro de Poesia e 2º Encontro Latino-Americano de Casas de Poetas. Ironia ou não essas figuras estranhas e aéreas, como são rotulados os poetas, tiraram deste importante evento a seguinte Moção:

Os participantes do 2º Congresso Brasileiro de Poesia e Encontro Latino-Americano de Casas de Poetas, oriundos da maioria dos estados brasileiros e dos países latinos, como a Argentina, Uruguai, Paraguai e China, repudiam com veemência o total descaso, por parte do Governo Federal, pela memória e expressão cultural do Brasil.

Governo este que, em nome de uma falsa modernidade, vem extinguindo e desativando entidades culturais de extrema importância para o país.

Governo este, que, com a retórica do discurso liberal, vem demagogicamente iludindo o povo brasileiro. Prometendo um país de 1º mundo quando sabemos, conforme dados concretos, caminha para o 4º mundo.

Por isto e muito mais estamos atentos, em nome de nossa cultura e de nossa dignidade, enquanto cidadãos.

LINHA
aberta

COMUNICAÇÃO



Monopólios não podem dominar a informação

Lutar pela democratização dos meios de comunicação. É este o objetivo do movimento que reúne todas as quintas-feiras, às 10 horas, no Sindicato dos Eletricitários de Fpolis, entidades, parlamentares e pessoas dispostas a enfrentar os monopólios da informação. O Movimento pela Democratização da Comunicação já tem um objetivo concreto: criar uma fundação que a curto prazo poderia implementar alternativas de comunicação.

“Em Santa Catarina seis grupos empresariais controlam todos os veículos de comunicação, alguns ligados a redes nacionais”, comenta Vitor Schmidt, vereador da capital que atua no Movimento. Para ele a luta pela democratização dos meios de comunicação é uma das tarefas mais difíceis e mais urgentes para quem quer uma sociedade democrática.

O Movimento surge justamente para organizar um sentimento de indignação das pessoas quanto as cada vez mais frequentes manipu-

lações e distorções que se apresentam nas “telinhas”, rádios e páginas de jornais. Logo de início a proposta reuniu diversos sindicatos e parlamentares de diversos partidos (vereadores e deputados), além de contar com a participação de diversas pessoas que escolheram este problema para a sua atuação militante.

Marco Ribeiro Ferreira, vice-diretor do Centro de Ciências Humanas da UFSC e membro do movimento garante que as reuniões estão crescendo com adesão de muitos sindicatos e entidades do movimento popular, e parlamentares. No próximo dia 29 o comitê do movimento vai realizar uma reunião ampliada e aberta para os interessados, às 19 horas, no auditório do Sindicato dos Eletricitários. Esta reunião deverá dar o pontapé inicial para o lançamento da fundação que deverá ocorrer ainda em maio, com a presença de Herbert de Souza, o Betinho, coordenador do IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica.

Bossa Tropical

Show de Geraldo Azevedo

Dia 26, 21 horas, no Teatro do CIC
Ingressos: nos Sindicatos promotores com representantes sindicais

Debate com Geraldo Azevedo

Tema: A questão cultural no Brasil
Dia 25, 20 horas, no auditório do Centro de Ciências Humanas da UFSC.

Promovem: Sindicato dos Eletricitários de Fpolis
Sindicato dos Bancários de Fpolis
Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

